



XS2 VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.  
38.122.278/0001-04

## Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS2 Vida e Previdência S.A. (Companhia) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.  
A XS2 Vida e Previdência S.A. foi constituída como seguradora em 28 de agosto de 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado em 29 de agosto de 2018 entre a Caixa Econômica Federal (CEF), a Caixa Seguros Participações S.A., a CNP Assurances S.A. e, como interveniente, a Caixa Seguros Holding S.A., conforme aditado e consolidado em 19 de setembro de 2019 (Acordo de Associação), por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria que irá explorar de forma exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de seguro de vida, seguro prestamista e previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (CEF).

O início da comercialização dos produtos aconteceu em janeiro de 2021, conforme o acordo de distribuição firmado em 17 de dezembro de 2020 entre Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF), bem como os demais acionistas da Companhia.  
Os ativos financeiros da Companhia, no exercício de 2022, alcançaram o patamar de R\$ 4,64 bilhões, o que representa um crescimento de 74,35% em relação ao valor de R\$ 2,66 bilhões atingido no ano anterior. Destaca-se ainda que as provisões técnicas da Companhia, ao final deste exercício, alcançaram o patamar de R\$ 4,20 bilhões, apresentando um crescimento de 70,25% comparado aos R\$ 2,47 bilhões do final do exercício do ano anterior.  
No final do exercício, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 7,86 bilhões, 1,58% de aumento comparado aos R\$ 7,74 bilhões obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 276,85 milhões e prêmio ganho R\$ 1,42 bilhão.

O resultado financeiro alcançado no exercício de R\$ 325,18 milhões.  
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a titulos de dividendos a distribuição de pelo menos 75% dos resultados obtidos no período.  
**Considerações finais e agradecimentos**  
A XS2 Vida e Previdência S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso é garantir à família brasileira tranquilidade no presente e segurança no futuro.  
A Companhia reconhece também o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da Caixa Econômica Federal, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.  
São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.  
**A Administração**

### Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.011.581</b>	<b>1.464.151</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE</b>		<b>2.022.206</b>	<b>956.682</b>
Disponível		9.307	36.846	Contas a pagar	11	406.396	39.412
Caixa e bancos		9.307	36.846	Obrigações a pagar	11.1	240.214	13.386
Aplicações	5	2.487.974	1.088.753	Impostos e encargos sociais a recolher		2.809	3.515
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>6</b>	<b>85.264</b>	Encargos trabalhistas		9.430	5.786
Prêmios a receber	6.1	85.264	60.495	Impostos e contribuições	11.2	151.703	12.977
Operações com resseguradoras		-	49	Outras contas a pagar	11.3	2.240	3.748
<b>Ativos de resseguro</b>		<b>5</b>	<b>374</b>	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	12	<b>200.149</b>	<b>171.041</b>
Títulos e créditos a receber	7	14.841	14.106	Prêmios a restituir		81	29
Títulos e créditos a receber	7.1.1	13.125	12.854	Operações com resseguradoras		478	-
Créditos tributários e previdenciários	7.1.2	1.263	1.109	Corretores de seguros e resseguros	12.1	67.974	126.342
Outros créditos		453	143	Outros débitos operacionais	12.2	131.616	44.670
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>66</b>	<b>-</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>	13	<b>79.748</b>	<b>22.672</b>
Custos de aquisições diferidos	8	413.755	263.897	Provisões técnicas - seguros	15	1.334.617	723.557
Seguros		413.755	263.897	Pessoas		1.334.617	723.557
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.761.953</b>	<b>8.977.385</b>	<b>Débitos diversos</b>	14	1.296	-
<b>REZERVAS A LONGO PRAZO</b>		<b>2.256.868</b>	<b>2.256.868</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.888.226</b>	<b>1.744.303</b>
Aplicações	5	2.156.640	1.575.285	Provisões técnicas - seguros	15	2.865.768	1.743.621
Títulos e créditos a receber	7	67.678	46.701	Pessoas		2.865.768	1.743.621
Créditos tributários e previdenciários	7.1.2	67.678	46.701	<b>Outros débitos</b>		<b>3.450</b>	<b>682</b>
<b>Outros valores e bens</b>	9	18.274	-	Provisões judiciais	18	3.450	682
<b>Depósitos compulsório (aluguel)</b>		<b>918</b>	<b>-</b>	<b>Débitos diversos</b>	14	19.008	-
Custos de aquisições diferidos	8	1.074.754	634.902	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	19	<b>7.863.102</b>	<b>7.740.531</b>
Seguros		1.074.754	634.902	Capital social	19.1	7.800.000	7.800.000
<b>Imobilizado</b>		<b>232</b>	<b>194</b>	Reservas de lucros	19.2	78.070	36
Bens móveis		232	194	Ajustes com títulos e valores mobiliários		(14.968)	(54.083)
<b>Intangível</b>	10	<b>6.443.457</b>	<b>6.720.303</b>	Prejuízos acumulados		-	(5.422)
Outros intangíveis		6.443.457	6.720.303	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>12.773.534</b>	<b>10.441.516</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>12.773.534</b>	<b>10.441.516</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
Prêmios emitidos	22.1.1	3.112.373	2.956.127
Variações das provisões técnicas de prêmios		(1.682.779)	(2.445.224)
<b>Prêmios ganhos</b>	22.1	<b>1.429.594</b>	<b>510.903</b>
Sinistros ocorridos	22.2	(150.565)	(33.539)
Custos de aquisição - seguros	22.3.1	(477.323)	(200.279)
Outras receitas e despesas operacionais	22.4	(55.748)	(23.663)
Recicla com resseguro		613	83
Despesa com resseguro		(3.726)	(1.479)
Outros resultados com resseguro		4	-
<b>Resultado com operações de resseguro</b>		<b>(3.109)</b>	<b>(1.396)</b>
Custos de aquisição - previdência	22.3.2	(86.438)	(15.214)
Despesas administrativas	22.5	(422.677)	(309.017)
Despesas com tributos	22.6	(76.207)	(26.705)
Receitas Financeiras		345.113	99.250
Despesas Financeiras		(19.927)	(460)
<b>Resultado financeiro</b>	22.7	<b>325.186</b>	<b>98.790</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>482.713</b>	<b>(120)</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		54	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>482.767</b>	<b>(120)</b>
Imposto de renda	22.8	(116.745)	1.854
Contribuição social	22.8	(73.507)	125
Participações sobre o resultado	22.10	(15.670)	(7.281)
<b>Lucro líquido/prejuízo do exercício</b>		<b>276.845</b>	<b>(5.422)</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>7.770.100.000</b>	<b>7.770.100.000</b>
<b>Lucro líquido/prejuízo por ação</b>		<b>0,0356</b>	<b>(0,0007)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		
<b>Lucro líquido/prejuízo do exercício</b>	<b>276.845</b>	<b>(5.422)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>39.115</b>	<b>(54.083)</b>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	65.191	(90.138)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(26.077)	36.055
<b>Total do lucro líquido/prejuízo abrangente do exercício</b>	<b>315.960</b>	<b>(59.505)</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>7.770.100.000</b>	<b>7.770.100.000</b>
<b>Lucro líquido/prejuízo por ação</b>	<b>0,0407</b>	<b>(0,0077)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>276.845</b>	<b>(5.422)</b>
<b>Ajustes para:</b>		
(+) Depreciações e Amortizações	282.169	280.046
(+/-) Constituição (Reversão) por redução ao valor recuperável dos ativos	(247)	1.554
(+/-) Variação nos custos de aquisição diferidos	(533.063)	(784.678)
(+/-) Variação nas provisões técnicas	1.703.690	2.448.209
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
(+/-) Aplicações financeiras	(1.965.111)	(1.922.925)
(+/-) Créditos das operações de seguros e resseguros	(24.474)	(62.907)
(+/-) Ativos de Resseguro	(134)	-
(+/-) Créditos fiscais e previdenciários	(154)	(5)
(+/-) Ativo fiscal diferido	(20.977)	(1.080)
(+/-) Depósitos judiciais e fiscais	-	(46.701)
(+/-) Despesas antecipadas	(66)	-
(+/-) Custos de Aquisição Diferidos	(56.647)	-
(+/-) Outros Ativos	(1.500)	(114.121)
(+/-) Obrigações a pagar	229.766	12.997
(+/-) Impostos e contribuições	240.849	16.486
(+/-) Outras contas a pagar	(145.791)	17.104
(+/-) Débitos de operações com seguros e resseguros	29.108	171.041
(+/-) Depósitos de terceiros	57.076	22.672
(+/-) Provisões técnicas	29.282	18.969
(+/-) Provisões para contingências	2.768	682
(+/-) Outros passivos	54	5.786
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>103.390</b>	<b>32.523</b>
(-) Juros pagos	(7)	-
(+) Juros recebidos	23.631	4.882
(-) Impostos sobre lucros pagos	(102.122)	(18)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>24.892</b>	<b>37.387</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
(-) Pagamento pela Compra de:		
(+) Imobilizado	(3.333)	(544)
(+) Intangível	(3.178)	(315)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(3.333)</b>	<b>(544)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
(-) Distribuição de Dividendos	(49.098)	(89)
<b>Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(49.098)</b>	<b>(89)</b>
<b>Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa</b>	<b>(27.539)</b>	<b>36.753</b>
Caixa no início do exercício	36.846	92
Caixa no final do exercício	9.307	36.846

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Capital Social	Aumento Capital	Reserva de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Discriminação</b>						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>30.000</b>	<b>7.770.000</b>	<b>36</b>	-	-	<b>7.800.036</b>
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 7.778 de 14.03.2021	7.770.000	(7.770.000)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(54.083)	(54.083)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(5.422)	(5.422)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.800.000</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>(54.083)</b>	<b>(5.422)</b>	<b>7.740.531</b>
Dividendos intercalares - AGE de 28.09.2022	-	-	-	(49.098)	(49.098)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	39.115	-	39.115
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	276.845	276.845
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>						
Reserva legal	-	-	13.571	-	(13.571)	-
Dividendos	-	-	-	-	(144.291)	(144.291)
Reserva de retenção de lucros	-	-	78.034	-	(78.034)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>7.800.000</b>	<b>-</b>	<b>78.070</b>	<b>(14.968)</b>	<b>-</b>	<b>7.863.102</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1. Contexto operacional**  
A XS2 Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), foi constituída em 28 de agosto de 2020, com prazo de duração por tempo indeterminado e está sediada na cidade de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, Edifício Plaza Contênário, CEP 04578-911. A Companhia é controlada direta pela Holding XS1 S.A. e indiretamente pelo grupo segurador francês CNP Assurances.  
A Companhia tem por objeto a exploração de operações de seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta, podendo aceitar riscos em retrocessão e participar do capital social de outras sociedades relacionadas ao seu objeto social. A autorização para exploração das operações de seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta em todo o território nacional foi publicada pela Portaria SUSEP nº 7.694 em 27 de outubro de 2020.  
Em 04 de janeiro de 2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos do ramo de vida e prestamista na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), conforme o acordo de distribuição firmado em 17 de dezembro de 2020 entre Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF), bem como os demais acionistas da Companhia.  
O acordo regula, dentre outros pontos o direito de acesso exclusivo pela Companhia e qualquer outra futura subsidiária direta e indireta de sua controladora direta, à rede de distribuição da Caixa Econômica para a distribuição dos seguros de vida, prestamista e produto de previdência.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:  
**2.1. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras anuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.  
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.  
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Comitê Executivo em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2023.  
**2.2. Moeda funcional**  
Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.  
**2.3. Caixa e bancos**  
São considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.  
**2.4. Ativos financeiros**  
**2.4.1. Classificação e reconhecimento**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.  
**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**  
Os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.  
Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.  
Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, e apresentadas no patrimônio líquido. Quando esse ativo sofre perdas por redução ao valor recuperável ou é vendido, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.  
Os ativos dos fundos de investimento abertos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e os títulos públicos são classificados como disponíveis para venda. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.  
**2.4.2. Mensuração**  
O valor de mercado dos ativos financeiros é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:  
• Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA; e  
• Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.  
**2.4.3. Crédito das operações de seguros**  
São representados pelos prêmios a receber de seguros e sinistros a recuperar de resseguradoras. São contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados para *impairment* (redução ao valor recuperável) a cada data de balanço.  
**2.5. Impairment**  
**2.5.1. Impairment de ativos financeiros**  
**2.5.1.1. Ativos mensurados ao custo amortizado**  
A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.  
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:  
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;  
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;  
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;  
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou  
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.  
**2.5.1.2. Ativos classificados como disponível para venda**  
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.  
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.  
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

**2.5.2. Operações de seguros e resseguros**  
A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*, conforme disposto no Art. 139 da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes:  
• Operações de seguros: para os créditos de prêmios a receber é registrado redução ao valor recuperável pelo valor total dos créditos, inclusive outros valores a vencer deste mesmo devedor, quando o período de inadimplência superar 60 dias da data do vencimento; e  
• Operações com resseguro: para os créditos referentes à recuperação de sinistros é constituído uma redução ao valor recuperável na totalidade dos créditos, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.  
**2.5.3. Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos não financeiros, substancialmente compostos por intangível com vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são avaliados ao fim de cada período de balanço se há indicativo de *impairment*. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.  
**2.6. Ativos relacionados a resseguros**  
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.  
**2.7. Intangível**  
O intang

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→ continuação

**2.16. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**  
As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**2.16.1. IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros**  
Com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a adoção do IFRS 9/CPC 48, que substitui o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros, tem, entre outras diretrizes, a alteração das classificações de ativos financeiros. As três classificações de ativos financeiros previstas pela norma são: mensurados ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR).

A classificação dos ativos financeiros no alcance do IFRS 9/CPC 48 nas categorias acima citadas se baseia no modelo de negócios o qual um ativo financeiro é gerenciado e as características dos seus fluxos de caixa.  
Adicionalmente, derivativos embutidos não são separados de um contrato principal se este for um instrumento financeiro no escopo do IFRS 9/CPC 48, em vez disso o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Outra mudança relevante está na avaliação de perda do valor recuperável (impairment). O IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de perdas incorridas do IAS 39/CPC 38 para um modelo que considera informações prospectivas de perdas esperadas. O novo modelo se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívidas mensurados ao VJORA e recebíveis de contratos de arrendamento. Conseqüentemente, o modelo de perdas esperadas reconhece as perdas de crédito de maneira antecipada ao modelo de perdas incorridas.

Ainda, no IFRS 9/CPC 48 a contabilidade de hedge deve ser alinhada com os objetivos e estratégias de gestão de risco da entidade, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade de hedge. Entretanto na aplicação inicial da norma, a entidade pode como escolha de política contábil continuar adotando os requerimentos de contabilidade de hedge do IAS 39/CPC 38. Conforme a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, o CPC 48 deverá ser adotado a partir de 02 de janeiro de 2024.

**2.16.2. IFRS 17/CPC 50**  
Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17/CPC 50 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro. A norma aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro, contratos de resseguro detidos e garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

O objetivo geral da IFRS 17/CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, bem como trazer transparência e comparabilidade quando comparado a outras indústrias.  
O IFRS 17/CPC 50 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. Entretanto, a Companhia pretende adotar a mesma quando referendada pelo órgão regulador, SUSEP. Em paralelo a Companhia vem avaliando as mudanças e investimentos necessários em seus processos atuariais, tecnológicos e operacionais decorrentes da adoção da norma.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Notas 2.9, 2.12.2 e 15 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Notas 2.4 e 5 - Ativos financeiros e Aplicações;
- Nota 2.13 - Outras provisões, ativos e passivos contingentes; e
- Nota 18 - Provisões judiciais.

**4. Gestão de riscos**

O processo de gestão de riscos da Companhia tem como finalidade proporcionar insumos que possam auxiliar o alcance dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas. O risco tem como definição, a possibilidade da variação do resultado em relação aos objetivos definidos. Para a gestão dos riscos, os principais órgãos são, o Conselho de Administração, o Comitê de Riscos, o Comitê de Auditoria, os quais foram constituídos na Controladora e possuem alcance sobre a Companhia, e o Comitê Executivo.

Dentro desse contexto, o programa de gestão de riscos da Companhia está estruturado sob o conceito do Modelo das Três Linhas, segundo o IIA (*The Institute of Internal Auditors*):

- 1ª Linha - as Unidades de negócio são as primeiras a gerenciar os riscos, por terem o primeiro contato na operação, a escolha por aceitar ou evitar o risco passa pelos controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade com as políticas vigentes, legislações aplicáveis e o apetite a risco em vigor;
- 2ª Linha - apoia a 1ª linha de defesa para que os controles sejam apropriadamente desenvolvidos e postos em prática e que opere conforme planejado. Os papéis adotados pela 2ª linha incluem monitoramento, orientação, testes, análises e reportes sobre a gestão de riscos. Forme análises e reporta sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos e do controle interno sempre de forma independente e complementar;
- 3ª Linha - os auditores internos fornecem aos órgãos de governança e à alta administração avaliações abrangentes, considerando a atuação das 1ª e 2ª linhas, baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e procedimentos definidos em Solvência II.

Com o objetivo de evitar que os planos traçados pela administração da Companhia não sejam alcançados, a primeira etapa do processo de gestão de riscos é a identificação de possíveis fragilidades nos processos e operações. A identificação é realizada com a participação de todas as pessoas envolvidas nos processos da empresa, independentemente do nível.

Outra etapa importante do processo, após a identificação dos riscos, é a análise qualitativa e quantitativa, visando à definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Essa etapa inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.

Identificar e classificar os riscos são os principais aspectos para dar início à criação dos planos de ação que serão adotados, sempre alinhados ao apetite a riscos vigente.

O passo seguinte será o tratamento dos riscos, posteriormente à etapa de avaliação, é a definição e o tratamento que será dado aos riscos e como devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Dentre as estratégias adotadas, destacam-se as possibilidades de evitar, mitigar, transferir e/ou compartilhar ou aceitar o risco identificado.

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios emitidos brutos e líquidos de resseguro no período:

**a. Bruto de resseguro**

Região geográfica	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios Proporcional Emitidos por região	Prêmios Proporcional Emitidos por região	Prêmios Proporcional Emitidos por região	Prêmios Proporcional Emitidos por região
Centro Oeste	482.265	15%	271.640	9%
Nordeste	644.075	21%	474.331	16%
Norte	194.305	6%	104.087	4%
Sudeste	1.198.526	39%	1.441.707	49%
Sul	593.202	19%	664.362	22%
<b>Total</b>	<b>3.112.373</b>	<b>100%</b>	<b>2.956.127</b>	<b>100%</b>

**b. Líquido de resseguro**

Região geográfica	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios Proporcional Emitidos por região	Prêmios Proporcional Emitidos por região	Prêmios Proporcional Emitidos por região	Prêmios Proporcional Emitidos por região
Centro Oeste	481.688	15%	271.504	9%
Nordeste	643.303	21%	474.093	16%
Norte	194.072	6%	104.035	4%
Sudeste	1.197.091	39%	1.440.985	49%
Sul	592.492	19%	664.030	22%
<b>Total</b>	<b>3.108.646</b>	<b>100%</b>	<b>2.954.647</b>	<b>100%</b>

A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: risco de subscrição, risco de ALM, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional e risco legal.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação deles.

**4.1. Risco de Subscrição**

O risco de subscrição se caracteriza pela ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas, além da possibilidade de perdas decorrente de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

**4.1.1. Risco de inadequação das provisões técnicas**

Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia utiliza algumas técnicas que permitem avaliar a razoabilidade das provisões técnicas, visando capturar a adequação das premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo. Podem-se destacar principalmente os testes de consistência; e análise de variação de saldo e proporção entre as provisões, volume de produção e tendência na frequência de sinistros, buscando uma visão prospectiva.

A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na nota 17, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação à respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores.

**4.1.2. Risco de precificação**

Para a gestão desse risco, a estrutura da Companhia conta com um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, em todas as linhas de controle.

A Política de Subscrição é o principal instrumento para determinar os limites de aceitação dos riscos considerando todos os ramos de seguros operados. A realização de estudos para verificar a viabilidade dos produtos considera a experiência histórica e premissas atuariais aderentes às características idealizadas para cada produto. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balançamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

**4.1.3. Estratégia de resseguro**

O programa de resseguro da Companhia abrange a totalidade de suas carteiras. A estratégia geral é composta de uma cobertura de resseguro por risco e uma catastrófica, ambas do tipo não proporcional. Enquanto o contrato por risco é voltado para a limitação de volume de perdas individuais de grande monta, o contrato catastrófico aplica-se a perdas coletivas acumuladas, oriundas de eventos de grande porte com causa definida e única.

O atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato. A Companhia adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro previamente ao início dos contratos. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição da Companhia, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco financeiro e de imagem.

O quadro a seguir apresenta as carteiras cobertas por contrato de resseguro, os respectivos resseguradores e seus ratings:

Contrato de Resseguro	Carteira	Ressegurador	Participação	Rating (1)	Registro
Excesso de danos por risco	Prestamista PF/PJ/Rural, vida em grupo e acidentes pessoais.	MAPFRE Re do Brasil Cia. de Resseguros	60%	A	Local
		Hannover Rückversicherung SE	25%	A+	Admitido
		IRB Brasil Resseguros S/A	15%	A-	Local
Excesso de danos por evento (catástrofe)	Prestamista PF/PJ/Rural, vida em grupo e acidentes pessoais.	MAPFRE Re do Brasil Cia. de Resseguros	60%	A	Local
		Hannover Rückversicherung SE	25%	A+	Admitido
		IRB Brasil Resseguros S/A	15%	A-	Local
Excesso de danos prestamista faixa superior	Prestamista PF/PJ/Rural	Austral Resseguradora S/A	100%	B++	Local

(1) Ratings pela AMBest (rating da casa matriz adotado para ressegurador local de origem estrangeira).

**4.1.4. Teste de Sensibilidade**

As análises de sensibilidade indicam um índice de mudança razoável esperada pela Administração para as premissas selecionadas. A coluna sensibilidade apresentada pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado líquido dos efeitos tributários.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Bruto de líquido de resseguro	Líquido de líquido de resseguro	Bruto de líquido de resseguro	Líquido de líquido de resseguro
Taxa +1%	(24.554)	(24.554)	(19.774)	(19.774)
Taxa -1%	26.534	26.534	20.215	20.215
Mortalidade/Sinistralidade +5%	(7.528)	(7.498)	(167.695)	(167.695)
Mortalidade/Sinistralidade -5%	7.528	7.498	167.695	167.695

- a) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando o choque de 100 *basis points* para cima e para baixo na precificação dos ativos marcados a mercado;
- b) A sensibilidade no valor justo dos ativos (ou passivos) pelos movimentos nas expectativas de inflação refletem os números apresentados para os efeitos na taxa de juros;
- c) O teste referente à sobrevivência considera choques de 10% para cima e para baixo. A metodologia aplicada é dividida em duas vertentes, sendo elas o impacto da sensibilidade no montante de benefícios pagos a participantes com reserva 0 e o impacto na reversão da reserva de sobrevida vitalícia para o resultado da Companhia;
- d) O teste referente mortalidade/sinistralidade, considera choques de 5% para cima e para baixo e considera o resultado antes dos impostos do período apresentado;
- e) Para o teste de conversibilidade, após os choques em 10% para cima e para baixo a Companhia qualificou este risco material frente ao resultado de 0,00% de variação na carteira. A metodologia aplicada é dividida em duas vertentes, sendo elas o impacto da conversibilidade na receita com taxa de gestão e o impacto considerando a reversão da reserva de sobrevida concedida no próprio exercício quando o óbito do participante neste mesmo período.

**4.2. Risco de ALM e Liquidez**

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management* (ALM). Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerais de ALM para as carteiras de seguros, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

A abertura dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos financeiros foram demonstrados na nota 4.4.

**4.3. Risco de crédito**

O risco de crédito se caracteriza pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte. A exposição da Companhia ao risco de crédito refere-se a:

- i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; e v) montantes referentes a recebíveis.
- Para os ativos financeiros, existem critérios que determinam os limites de exposição, faixas de ratings permitidas e os critérios qualitativos necessários para que o ativo possa fazer parte da carteira de investimentos, tais determinações estão presentes na Política de Investimentos vigente. Os ratings são apresentados com base na determinação de ratings pela *Fitch Ratings* e são todos apresentados em escala nacional.

Em relação à exposição com resseguradoras a Companhia possui um rigoroso processo de avaliação que inclui a análise dos ratings emitidos pela AMBest, apresentados na Nota 4.1.3. Devido a característica dos atuais produtos ressegurados pela Companhia, os ratings considerados são em escala nacional.

O valor contábil representa a exposição máxima do crédito. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de contraparte era:

	31/12/2022					Total
	AAA	AA	A	BB	B	
Caixa e equivalente de caixa	9.307	-	-	-	-	9.307
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	-	-	-	-	-	<b>889.104</b>
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	889.104
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	-	-	-	-	-	<b>3.755.510</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	839.913
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	1.647.870
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	1.267.727
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	85.264
Ativos de Resseguro	-	35	104	-	236	374
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	13.578
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>9.307</b>	<b>35</b>	<b>104</b>	<b>3.755.510</b>	<b>236</b>	<b>987.946</b>

**Composição dos ativos**

	31/12/2021					Total
	AAA	AA	A	BB	B	
Caixa e equivalente de caixa	36.846	-	-	-	-	36.846
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	-	-	-	-	-	<b>756.757</b>
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	756.757
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	-	-	-	-	-	<b>1.907.261</b>
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	1.804.009
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	103.252
Prêmios a receber	-	-	-	-	-	60.495
Operações com resseguradora	-	-	-	-	-	49
Ativos de Resseguro	-	-	-	-	-	5
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	12.997
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>36.846</b>	<b>-</b>	<b>52</b>	<b>1.907.261</b>	<b>2</b>	<b>830.249</b>

**4.4. Risco de liquidez**

O risco de liquidez se caracteriza pelas possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

O gerenciamento do risco é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas nos instrumentos financeiros utilizados.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva. Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

As Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Liquidez e de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise.

O limite determinado pela Declaração de Apetite ao Risco é acompanhado mensalmente pela área de investimentos e riscos, e semestralmente é realizado o Comitê de Investimentos com o objetivo de acompanhar, dentre diversos aspectos, o enquadramento dos limites já estabelecidos para a liquidez da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais do fluxo de ativos e passivos na data da demonstração financeira.

	31/12/2022				
	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Otros	Total
Fluxo de ativos (i)	2.672.273	2.355.283	1.214.090	6.241.646	10.483.292
Fluxo de passivo (ii)	1.877.072	2.278.818	671.347	4.827.237	9.575.474

	31/12/2021				
	Até 1 ano	Até 5 anos	Mais De 5 Anos	Otros	Total
Fluxo de ativos (i)	1.426.361	2.066.570	143.431	3.636.362	7.272.724
Fluxo de passivos (ii)	955.014	1.460.975	261.642	2.677.631	5.355.662

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro e títulos e créditos a receber, custos de aquisição diferidos e outros créditos. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguro, passivos de arrendamento e provisões técnicas. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

**4.5. Risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de alteração numa ou mais taxas de juros, preços de instrumentos financeiros, preços de mercadorias, taxas de câmbio, índices de preços ou índices de crédito, se caracterizando assim como o risco associado a como a empresa financia suas operações. Essas flutuações dos mercados financeiros, portanto, causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Companhia.

O principal instrumento para gestão desse risco é nossa Política de Investimentos, que terá como base as orientações presentes nas resoluções aplicáveis e os objetivos estratégicos da Companhia. A mensuração do risco da carteira será medida pelo *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. O *VaR* será monitorado de acordo com os parâmetros e os limites definidos pela Administração, tais como:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*).

O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia que representam o dinheiro do cliente sem risco financeiro para a empresa, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 15.224 (R\$ 5.038 em 31 de dezembro de 2021).

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e

• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia. Cabe à primeira linha de defesa de risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados e ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desequilíbrio, o reequacionamento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC.

**4.5.1. Carteira de ativos**

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→ continuação

**5.5. Taxas de juros contratadas**  
A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas em 31 de dezembro de 2022:

Classe	Título	31/12/2022	31/12/2021
LTN	Letras do Tesouro Nacional	Pré 5,11% a 14,34%	Pré 5,11% a 9,27%
LFT	Letra Financeira do Tesouro	SELIC 0,01% a 0,18%	-
NTN	Notas do Tesouro Nacional	IPCA 5,81% a 6,28%	Pré 6,24% a 6,86%

**6. Créditos das operações**

**6.1. Prêmios a receber de segurados**

**6.1.1. Prêmios a receber**

Ramo	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
Prestamista	69.181	(222)	68.959	(936)
Vida	13.356	(69)	13.287	(119)
Acidentes pessoais	2.597	(1.016)	1.581	(499)
Outros	1.437	-	1.437	-
<b>Total</b>	<b>86.571</b>	<b>(1.307)</b>	<b>85.264</b>	<b>(1.554)</b>

**6.1.2. Movimentação dos prêmios**

	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	60.495	-
(+) Prêmios emitidos (nota 22.1.1)	3.432.306	3.392.076
(-) Prêmios cancelados (nota 22.1.1)	(3.162)	(233.764)
(-) Recebimentos	(3.449.649)	(3.124.709)
(+/-) Prêmios de RVNE (nota 22.1.1)	45.027	28.446
<b>Subtotal</b>	<b>85.017</b>	<b>62.049</b>
(+/-) Constituição/(reversão) de redução ao valor recuperável	247	(1.554)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>85.264</b>	<b>60.495</b>

**6.1.3. Faixas de vencimento**

Prêmios a vencer	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
De 1 a 60 dias (*)	84.669	(150)	84.519	(45)
<b>Prêmios Vencidos</b>				
De 1 a 60 dias	849	(104)	745	(199)
De 61 a 120 dias	142	(142)	-	(989)
De 121 a 180 dias	139	(139)	-	(66)
De 181 a 365 dias	338	(338)	-	(255)
Acima a 365 dias	434	(434)	-	-
<b>Total</b>	<b>86.571</b>	<b>(1.307)</b>	<b>85.264</b>	<b>(1.554)</b>

(\*) Os Prêmios Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE estão alocados na faixa "Prêmios a vencer - De 1 a 60 dias", o montante em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 73.472 (R\$ 28.445 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia não parcela o recebimento do prêmio na comercialização dos seguros de vida, prestamista e, portanto, não possui valores relacionados a adicional de fracionamento em suas movimentações. Os prêmios são emitidos nas modalidades de pagamento único ou mensal.

**7. Títulos e créditos a receber**

Composto principalmente por créditos tributários e previdenciários conforme detalhamento a seguir:

**7.1. Composição dos títulos e créditos a receber**

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber - Partes Relacionadas (i)	7.689	4.650
Pagamentos operacionais a regularizar	5.145	7.408
Outros títulos e créditos a receber	291	825
<b>Total</b>	<b>13.125</b>	<b>12.854</b>

(i) O total refere-se a transações com partes relacionadas conforme detalhado na nota 21.

**7.1.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contribuição social	Imposto de renda	Outros tributos	Contribuição social	Imposto de renda	Outros tributos
A compensar	7	5	144	49	1.112	-
Adições temporárias	-	21.617	-	36.028	-	-
Adições temporárias - TVM	-	3.742	-	6.237	-	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>25.364</b>	<b>144</b>	<b>42.314</b>	<b>1.112</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>						
<b>Não Circulante</b>						

	31/12/2021			31/12/2021		
	Contribuição social	Imposto de renda	Outros tributos	Contribuição social	Imposto de renda	Outros tributos
A compensar	-	4	43	16	1.066	-
Adições temporárias	-	3.985	-	6.641	-	-
Tributos diferidos - TVM	-	13.521	-	22.534	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>17.510</b>	<b>43</b>	<b>29.191</b>	<b>1.066</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>						
<b>Não Circulante</b>						

**7.1.2. Expectativa da efetiva realização dos créditos tributários**

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total
	Valor	%	Valor	%	
2023	7.896	14%	1.695	17%	9.591
2024	689	1%	4.762	48%	5.451
2025	48.002	83%	3.999	40%	52.001
2026	204	0%	165	2%	369
2027	173	0%	(627)	-6%	(454)
2028 a 2032	681	1%	(15)	0%	666
<b>Total</b>	<b>57.645</b>	<b>100%</b>	<b>9.979</b>	<b>100%</b>	<b>67.624</b>

**7.1.3. Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias de IRPJ e CSLL**

	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	17.505	29.176
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias	-	-
Contingências cíveis	415	692
Provisão para risco de crédito	(37)	(62)
Operações de arrendamento	305	508
Outras provisões	16.949	28.249
Tributos diferidos - TVM	(9.779)	(16.298)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>25.358</b>	<b>42.265</b>

**8. Custos de Aquisição diferidos**

**8.1. Abertura por ramo**

	31/12/2022	31/12/2021
Prestamista	1.404.463	800.655
Vida	81.166	95.606
Acidentes pessoais	1.131	476
Outros	1.749	2.062
<b>Total</b>	<b>1.488.509</b>	<b>898.799</b>
<b>Circulante</b>	<b>413.755</b>	<b>263.897</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.074.754</b>	<b>634.902</b>

**8.2. Movimentação das despesas de comercialização diferidas**

	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	898.799	-
Constituições	1.701.266	1.796.220
Diferimento pelo risco decorrido	(1.111.556)	(897.421)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>1.488.509</b>	<b>898.799</b>

**9. Outros Valores e Bens**

**9.1. Ativos de direito de uso**

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (nota 14.1), descontado a valor presente.

	31/12/2022		2022	
	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Saldo inicial em 1º de janeiro	Novos contratos
Imóveis	20.304	(2.030)	18.274	-
<b>Total</b>	<b>20.304</b>	<b>(2.030)</b>	<b>18.274</b>	<b>(2.030)</b>

**10. Intangível**

O intangível refere-se principalmente ao direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, sendo sua amortização linear pelo prazo do contrato de direito de uso, de 25 anos. O contrato de direito de uso, dentre outros termos, também prevê o pagamento de obrigações que serão apuradas com base no volume de produção.

**10.1. Composição do intangível**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Amortização acumulada	Saldo Final	Amortização acumulada	Saldo Final
Direito de uso - Balcão				
Caixa	7.000.000	(560.000)	6.440.000	7.000.000
Sistemas e aplicativos	3.493	(35)	3.457	315
<b>Total</b>	<b>7.003.493</b>	<b>(560.035)</b>	<b>6.443.457</b>	<b>7.000.315</b>

**10.2. Movimentação do intangível**

	2022		2021	
	Saldo inicial em 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro	Saldo inicial em 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro
Direito de uso - Balcão Caixa	6.720.000	-	(280.000)	6.440.000
Sistemas e aplicativos	303	3.178	(24)	3.457
<b>Total</b>	<b>6.720.303</b>	<b>3.178</b>	<b>(280.024)</b>	<b>6.443.457</b>

	2022		2021	
	Saldo inicial em 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro	Saldo inicial em 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro
Direito de uso - Balcão Caixa	7.000.000	-	(280.000)	6.720.000
Sistemas e aplicativos	-	315	(12)	303
<b>Total</b>	<b>7.000.000</b>	<b>315</b>	<b>(280.012)</b>	<b>6.720.303</b>

A avaliação de redução ao valor recuperável para o intangível direito de uso, não revelou nenhuma indicação para uma possível desvalorização do ativo, dessa forma não houve necessidade de realização de estudo de impairment, conseqüente não houve nenhum registro de redução ao valor recuperável.

**11. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar**

**11.1. Obrigações a pagar**

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar	144.291	-
Obrigações a Pagar - Partes Relacionadas (i)	72.904	1.948
Participação nos lucros	16.632	7.102
Fornecedores	6.213	4.291
Outras Obrigações a Pagar	174	45
<b>Total</b>	<b>240.214</b>	<b>13.386</b>

(i) Os saldos referem-se a transações com partes relacionadas conforme detalhado na nota 21.

**11.2. Impostos e contribuições**

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL a recolher	237.272	8.647
(-) Antecipações IRPJ e CSLL	(93.475)	-
PIS e COFINS a recolher	7.906	4.330
<b>Total</b>	<b>151.703</b>	<b>12.977</b>

**11.3. Outras contas a pagar**

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros administrativos	1.657	3.524
Banco de horas a pagar	377	55
Publicação de Balanços	114	27
Outras obrigações a pagar	92	142
<b>Total</b>	<b>2.240</b>	<b>3.748</b>

**12. Débitos de operações com seguros e resseguros**

**12.1. Corretores de seguros e resseguros**

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões de corretagem	47.865	119.573
Comissões - RVNE	20.109	6.769
<b>Total</b>	<b>67.974</b>	<b>126.342</b>

**12.2. Outros débitos operacionais**

	31/12/2022	31/12/2021
Comissão de <i>earn-out</i> (i)	119.330	15.214
Distribuição CAIXA (ii)	7.219	17.589
Prêmiações (ii)	5.067	11.867
<b>Total</b>	<b>131.616</b>	<b>44.670</b>

(i) Correspondente ao valor de contraprestação variável devido à Caixa Econômica Federal, assinado entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal. O referido contrato prevê ainda valores a serem pagos pela Companhia à Caixa Seguradora Participações S.A. a título de comissão de *earn-out*, caso sejam atingidas determinadas condições de vendas e financeiras pré-estabelecidas até os exercícios de 2023 e 2025. Em caso de atingimento, os valores apurados com base no volume de produção realizada, serão pagos em agosto de 2024 e agosto de 2026.  
(ii) Os referidos custos de aquisições estão descritos na nota 2.12.1.

**13. Depósitos de terceiros**

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Prêmios e emolumentos recebidos	Total	Prêmios e emolumentos recebidos	Total
De 1 a 30 dias	71.466	71.466	17.603	17.603
De 31 a 60 dias	839	839	1.452	1.452
De 61 a 120 dias	3.739	3.739	931	931
De 121 a 180 dias	2.048	2.048	1.281	1.281
De 181 a 365 dias	777	777	1.405	1.405
Acima de 365 dias	879	879	-	-
<b>Total</b>	<b>79.748</b>	<b>79.748</b>	<b>22.672</b>	<b>22.672</b>

**14. Débitos diversos**

**14.1. Arrendamento**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	2022	2021
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	-
Constituições/reavaliações de contratos (i)	30.718	(10.414)
<b>Saldos final em 31 de dezembro</b>	<b>30.718</b>	<b>(10.414)</b>

**Circulante**

	2022	2021
Não Circulante	27.699	(6.991)

(i) Os contratos de arrendamento de aluguéis possuem a isenção de pagamentos por 12 e 18 meses, o fluxo de pagamentos irá iniciar em 2024.

**15. Provisões técnicas**

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas:

**15.1. Composição**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	Provisão de despesa relacionada
	4.128.003	2.445.224	33.333	

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

**22.4.2. Custo de aquisição - previdência**  
Corresponde ao valor de contraprestação variável (earn-out) devido à Caixa Econômica Federal, conforme regras e condições estabelecidas no contrato de distribuição, que versa sobre o direito de exclusividade no uso do Balcão CAIXA, assinado entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal. O referido contrato prevê ainda valores a serem pagos pela Companhia à Caixa Seguradora Participações S.A. a título de comissão de performance, caso sejam atingidas determinadas condições de vendas e financeiras pré-estabelecidas até os exercícios de 2023 e 2025. Em caso de atingimento, os valores apurados com base no volume de produção realizada, serão pagos em agosto de 2024 e agosto de 2026. A Companhia reconhece o passivo com base na produção realizada até a data-base em questão. O valor em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 86.438 (R\$ 15.214 em 31 de dezembro de 2021).

**22.5. Outras receitas e despesas operacionais - seguros**

	31/12/2022	31/12/2021
Tarifas de cobranças das operações diretas	(18.110)	(7.626)
Despesas de backoffice	(13.858)	(4.102)
Assistências	(8.580)	(867)
Títulos de capitalização	(7.502)	(4.596)
Impairment - prêmios a receber	247	(1.554)
Provisões civis	(2.628)	(682)
Despesa com assinatura eletrônica	(2.350)	(1.212)
Demais receitas e despesas operacionais	(2.967)	(3.024)
<b>Total</b>	<b>(55.748)</b>	<b>(23.663)</b>

**22.6. Despesas administrativas**

	31/12/2022	31/12/2021
Amortização - Direitos uso Balcão CAIXA	(280.000)	(280.000)
Pessoal próprio	(89.257)	(27.259)
Serviços de terceiros	(26.000)	(609)
Localização e funcionamento	(20.671)	(826)
Publicidade e propaganda	(4.859)	(210)
Outras despesas administrativas	(2.890)	(113)
<b>Total</b>	<b>(422.677)</b>	<b>(309.017)</b>

**22.7. Despesas com tributos**

	31/12/2022	31/12/2021
IPTU e ISS	(643)	-
PIS/COFINS	(73.147)	(26.222)
Taxa de fiscalização	(2.142)	(483)
Outras despesas com tributos	(275)	-
<b>Total</b>	<b>(76.207)</b>	<b>(26.705)</b>

**22.8. Resultado financeiro**

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com títulos de renda fixa (nota 5.3)	244.171	76.240
Resultado com fundos de investimentos (nota 5.3)	99.303	22.990
Encargos financeiros de provisão do earn-out (i)	(17.679)	-
Encargos financeiros de provisões técnicas	(131)	(18)
Encargos financeiros de provisões judiciais	(140)	-
Remuneração de títulos de capitalização (ii)	202	19
Outras receitas e despesas financeiras	(540)	(441)
<b>Total</b>	<b>325.186</b>	<b>98.790</b>

(i) Corresponde aos encargos financeiros da contraprestação variável devido à Caixa Econômica Federal, conforme regras e condições estabelecidas no contrato de distribuição, que versa sobre o direito de exclusividade no uso do Balcão CAIXA, assinado entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal.

(ii) O saldo refere-se a transações com partes relacionadas conforme detalhado na nota 21.

**22.9. Imposto de renda e contribuição social**  
Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Contribuição Social de Renda</b>	<b>467.097</b>	<b>467.097</b>
Resultado antes dos tributos e após participações	467.097	467.097
<b>Base de cálculo</b>	<b>467.097</b>	<b>467.097</b>
Taxa nominal do tributo	16,00%	25,00%
<b>Tributos calculado a taxa nominal</b>	<b>(74.735)</b>	<b>(116.774)</b>
Ajustes do lucro real	118.499	118.694
Benefícios incentivados	(307)	(307)
Ajustes temporários diferidos	(110.201)	(117.548)
Diferencial de alíquota até julho/2022	(15.667)	-
<b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>	<b>(7.676)</b>	<b>839</b>
Tributos sobre os ajustes	1.228	(210)
Incentivos fiscais	-	239
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(73.507)</b>	<b>(116.745)</b>
Taxa efetiva	15,74%	24,99%
<b>22.10. Plano de previdência patrocinado</b>	<b>15,74%</b>	<b>24,99%</b>

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Proinvest*). O *Proinvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis aplicados sobre o salário-base do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 2.675 (R\$ 1.047 em 31 de dezembro de 2021).

**23. Participação sobre o resultado**

A participação nos resultados, devida aos empregados, está definida no Estatuto da Companhia e limitada a 5% do lucro apurado do exercício, depois de deduzidos os ajustes nos lucros acumulados e apuração do imposto de renda e a contribuição social.

O valor contabilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 15.670 (R\$ 7.281 em 31 de dezembro de 2021), dentro do limite estabelecido no Estatuto e foi calculado conforme regras firmadas através de acordo feito com o sindicato da categoria. Os ajustes destas provisões são feitos, quando necessários, no exercício subsequente em função das decisões da Assembleia Geral Ordinária.

**24. Comitê de auditoria**

O Comitê de Auditoria está constituído na Controladora, com base no artigo 128 da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações subsequentes, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

**25. Outros assuntos**

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstruir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

**Comitê Executivo**

<b>Benjamin Bernard Henri Sacksteder</b> Diretor Presidente <b>Leonardo Giuberti Mattedi</b> Diretor Financeiro	<b>Gabriela Nogueira Feres</b> Diretora Técnica e de Produtos <b>Daniella Bertola Luiz</b> Diretora de Controles Internos	<b>Rafael Domingues Conessa</b> Diretor Comercial <b>Rodrigo Passadore Constantino</b> Diretor de Operações e TI
--	--	---

**Contador**

<b>Francisco Sousa Lima</b> - Contador CRC 1SP220155-O-0
<b>Atuário</b>
<b>Thais Barbiani Arnéz</b> - Atuário MIBA nº 2305

**Parecer dos Atuários Independentes**

Aos Administradores e Acionistas da  
**XS2 Vida e Previdência S.A.**  
São Paulo - SP

**Escopo da Auditoria Atuarial**  
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da XS2 Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da XS2 Vida e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da XS2 Vida e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da XS2 Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA.

**Outros assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

**Joel Garcia**  
Atuário MIBA 1131  
**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
R. Verbo Divino, nº 1400  
04719-002  
São Paulo - SP - Brasil

**Anexo I - XS2 Vida e Previdência S.A. - (Em milhares de reais)**

<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>4.200.385</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>374</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>85.264</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2022</b>
Provisões Técnicas auditadas (a)	4.200.385
Valores redutores auditados (b)	1.105.007
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>3.095.378</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2022</b>
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	491.597
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>491.597</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2022</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.439.373
Ajustes Econômicos do PLA	414.131
Exigência de Capital (CMR) (b)	491.597
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>947.776</b>
Ativos Garantidores (d)	4.644.614
Total a ser Coberto (e)	3.095.378
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>1.549.236</b>
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	<b>31/12/2022</b>
1601	1.100
0969, 0980	1.450
1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000
0929, 0981, 0982, 0984, 0987, 0993, 1198, 1377	5.750
0977	20.000

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**XS2 Vida e Previdência S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da XS2 Vida e Previdência S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da XS2 Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível (direito de uso) - vida útil definida	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 10, a Companhia possui ativo intangível, relacionado ao direito de exclusividade para comercialização de seguros de vida, prestamista e produtos de previdência complementar na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, o qual é amortizado pelo método linear durante o prazo do contrato. Dada a relevância do valor envolvido consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) leitura e entendimento dos termos e condições do contrato firmado entre as partes que subsidiaram o registro do direito de uso; (ii) verificação do método de amortização aplicado frente ao prazo de exclusividade do canal, bem como o recálculo da respectiva amortização; (iii) inspeção da avaliação da existência de indicativos de perda do ativo intangível; e, (iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Provisões técnicas de seguros	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.9 e 15, a Companhia mantém provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Como parte do processo de mensuração de certas provisões técnicas, tais como, a provisão de sinistros a liquidar (PSL) e a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e do teste de adequação de passivo é requerido julgamento profissional relevante na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: expectativa de sinistros, longevidade, persistência e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas (PSL e IBNR) como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação das metodologias de cálculo e definição das premissas.	Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL) e teste de adequação dos passivos; (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram; (iii) na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; (iv) na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; (v) na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (vi) testes de integridade e precisão das bases de dados de sinistros avisados e sinistros pagos, que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suportadas aos registros contábeis; (vii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de aviso e ocorrência, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e, (viii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora - CRC 1SP224130/O-0